



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
Concurso Público C-222 - Edital 001/2025 - SEPLAD/SEFA

AUDITOR FISCAL DE RECEITAS ESTADUAIS
CONHECIMENTOS GERAIS

NOME DO CANDIDATO: _____

Nº DE INSCRIÇÃO: _____

Assinatura

PROVA TIPO

1

ATENÇÃO!!! APÓS RECEBER ESTE CADERNO DE QUESTÕES, VERIFIQUE, IMEDIATAMENTE, SE CORRESPONDE AO MESMO TIPO DE PROVA INDICADO NO SEU CARTÃO RESPOSTA. A CORRESPONDÊNCIA DO TIPO DE PROVA DO CARTÃO RESPOSTA COM O CONSTANTE NO CADERNO DE QUESTÕES É DE SUA INTEIRA RESPONSABILIDADE.

INSTRUÇÕES AO CANDIDATO

1. Confira se, além deste **CADERNO DE QUESTÕES**, com 100 (cem) **questões objetivas**, você recebeu o seu **CARTÃO RESPOSTA**, destinado à marcação das suas respostas.
2. Confira se o seu nome e data de nascimento constam no seu **CARTÃO RESPOSTA**. Em caso de erros, comunique imediatamente ao fiscal de sala, para que este proceda ao registro na Ata de Sala, que deverá ser assinada por você, ao lado da modificação.
3. Somente em caso de urgência peça ao fiscal para ir ao banheiro, sempre acompanhado do fiscal itinerante, **devendo, no percurso, permanecer absolutamente calado**, podendo, nesse momento, sofrer revista com detectores de metais. Ao término da sua prova, você não poderá mais utilizar o banheiro.
4. É obrigatório que você preencha e assine o cabeçalho deste **CADERNO DE QUESTÕES**, assine a **LISTA DE PRESENÇA** e o **CARTÃO RESPOSTA**, do mesmo modo como está assinado no seu documento de identificação.
5. Esta prova terá a duração de **5 (cinco) horas** e você deverá permanecer neste local, obrigatoriamente, por, no mínimo, **4 (quatro) horas** após o seu início, não podendo sair, em hipótese alguma, com o **CARTÃO RESPOSTA**.
6. O **CARTÃO RESPOSTA** é o único documento válido para o processamento de suas respostas.
7. A marcação do **CARTÃO RESPOSTA**, deve ser feita conforme indicado nele, exclusivamente com caneta esferográfica transparente de tinta preta ou azul, marcações a lápis não serão consideradas.
8. **Não é permitido anotar gabarito. O candidato flagrado com gabarito anotado será eliminado.**
9. Em hipótese alguma haverá substituição do **CARTÃO RESPOSTA** por erro do candidato. A substituição só será autorizada se for constatada falha de impressão.
10. Ao final da sua prova, você deverá devolver o seu **CARTÃO RESPOSTA** e o seu **CADERNO DE QUESTÕES**. O candidato só poderá levar o seu **CADERNO DE QUESTÕES** quando faltarem 30 (trinta) minutos, ou menos, para o término da Prova.
11. Os **três últimos candidatos deverão permanecer em sala** aguardando até que todos conclua a prova para assinarem a ata de sala e saírem conjuntamente.
12. O envelope **porta-objetos recebido para guarda do material**, inclusive do seu cartão de inscrição, deverá ser **lacrado** e, **obrigatoriamente**, colocado embaixo de sua carteira.
13. Será automaticamente eliminado deste Concurso Público o candidato que, durante a realização da prova, descumprir os procedimentos definidos no Edital nº 001/2025-SEPLAD/SEFA de 23/12/2025.

Boa Prova!

CONHECIMENTOS GERAIS

D1 – PORTUGUÊS

TEXTO BASE PARA AS PRÓXIMAS 3 (TRÊS) QUESTÕES.

Banco Central lança Agenda de Pesquisa para o ciclo 2026–2029

Duas áreas estratégicas orientam a Agenda: Macroeconomia e Finanças, e Sistema Financeiro Nacional. A Agenda 2026–2029 incentiva a colaboração externa, fomentando projetos e compartilhamento de conhecimento. A nova Agenda dá continuidade ao ciclo 2021–2024, quando o BC consolidou sua estrutura de pesquisa e obteve resultados relevantes.

Publicado 26/12/2025 às 18:50

Atualizado 29/12 às 08:33

O Banco Central (BC) apresentou a Agenda de Pesquisa 2026–2029, documento que estabelece os temas prioritários e estratégicos que orientarão a produção científica da Instituição nos próximos quatro anos. A iniciativa reafirma o compromisso do BC com a excelência técnica, a inovação metodológica e a transparência, consolidando a pesquisa como instrumento essencial para a formulação e o aprimoramento das políticas públicas sob sua responsabilidade.

[...]

Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/detalhenoticia/20987/noticia>. Acesso em: 29 de dezembro de 2025.

01 Conforme as informações apresentadas no texto, é correto afirmar que

- (A) as duas áreas que orientam a Agenda, Macroeconomia e Finanças, fomentam a elaboração de projetos e o compartilhamento de conhecimento.
- (B) a Agenda anunciada na notícia oferece um retrospecto financeiro referente ao período compreendido entre 2021-2024.
- (C) o Banco Central (BC), na Agenda de Pesquisa 2026-2029, divulga os resultados de sua produção científica, descrevendo a inovação metodológica empregada na instituição.
- (D) a Agenda 2026-2029 do Banco Central (BC) representa uma continuidade, com relação ao ciclo anterior, e se orienta por duas áreas estratégicas.
- (E) a nova Agenda 2026-2029 consolidará a estrutura de pesquisa do Banco Central (BC), iniciada no ciclo 2021-2024.

02 No trecho “O Banco Central (BC) apresentou a Agenda de Pesquisa 2026-2029, documento que estabelece os temas prioritários e estratégicos que orientarão a produção científica da instituição nos próximos quatro anos”, o elemento sublinhado é classificado como

- (A) pronome pessoal, o qual concorda com o adjetivo masculino singular “documento”.
- (B) pronome relativo, fazendo referência ao substantivo “documento”.
- (C) pronome oblíquo, ocorrendo em posição de próclise, em relação ao verbo “estabelece”.
- (D) pronome indefinido, conferindo um caráter generalizador ao termo “documento”.
- (E) pronome demonstrativo, direcionado ao termo “documento”.

03 No título “Banco Central lança Agenda de Pesquisa para o ciclo 2026-2029”, o verbo é empregado no tempo

- (A) presente do modo subjuntivo, remetendo a um evento que ocorre concomitantemente ao momento em que é proferido.
- (B) futuro do presente do modo subjuntivo, remetendo a um evento que está prestes a ocorrer.
- (C) futuro do pretérito do modo subjuntivo, referindo-se a um evento que já ocorreu.
- (D) pretérito perfeito do modo indicativo, uma vez que a notícia reporta um evento já ocorrido.
- (E) presente do modo indicativo, muito embora a notícia reporte um evento já ocorrido.

04 A alternativa em que ocorre uma sentença corretamente redigida na voz passiva sintética é

- (A) Precisa-se de organização para a implementação das ações previstas.
- (B) Vende-se açaí e farinha de tapioca.
- (C) Os funcionários avistaram-se rapidamente.
- (D) Consertam-se impressoras.
- (E) Necessitam-se de embaladores e entregadores no restaurante.

05 Dadas as sentenças abaixo:

- I. Mais detalhamento implica mais tempo de preparo.
- II. Ele esqueceu da identidade e perdeu a prova.
- III. Esse colega de trabalho não obedece as regras da empresa.

Quanto à regência verbal, está(estão) corretamente redigida(s) a(s) sentença(s)

- (A) I, apenas.
- (B) I e II.
- (C) II, apenas.
- (D) III.
- (E) II e III.

TEXTO BASE PARA AS PRÓXIMAS 3 (TRÊS) QUESTÕES.



[...]

Disponível em: https://www.instagram.com/p/DscjibaDuvl/?img_index=2&igsh=bTFqNW9ra2Z2NWox. Acesso em: 29 de dezembro de 2025.

06 O principal propósito do texto, relativo a uma postagem feita em uma rede social, é

- (A) convencer o leitor a aderir a uma campanha publicitária, buscando sua sensibilização com relação a um problema social.
- (B) alertar a população acerca de um aumento de 40% no IPTU, o qual incidirá apenas sobre imóveis de maior valor, protegendo quem tem imóveis de menor valor.
- (C) dissipar dúvidas relativas ao IPTU 2026/2027 em Belém.
- (D) descrever detalhadamente e tecnicamente as principais mudanças advindas com a medida aprovada, relativa ao IPTU em Belém.
- (E) convocar a população de Belém para ampla participação em campanha de isenção de IPTU, no final do ano de 2025.

07 Sobre o emprego do verbo “haver” na oração “Não há aumento geral de IPTU”, é correto afirmar que este verbo equivale a

- (A) “ter” e, por indicar tempo transcorrido, deve permanecer no singular.
- (B) “existir” e, por ser impessoal, deve permanecer no singular.
- (C) “ter” e segue a regra geral, segundo a qual o verbo deve estabelecer concordância com o sujeito.
- (D) “acontecer” e, por ser impessoal, deve concordar com o sujeito no singular ou no plural.
- (E) “existir” e, por indicar um evento decorrido, deve concordar com o sujeito no singular ou no plural.

08 Em “Com a atualização do cadastro, a meta é alcançar até 70% de imóveis isentos”, o uso de vírgula se justifica por

- (A) destacar elementos de uma enumeração.
- (B) apresentar uma oração coordenada.
- (C) delimitar uma oração intercalada.
- (D) separar o sujeito do predicado.
- (E) demarcar um adjunto adverbial deslocado.

09 A alternativa em que constam apenas palavras paroxítonas corretamente grafadas é

- (A) macroeconomia; ambíguo; alimento; gratuito.
- (B) acadêmico; Amazônia; diáspora; prisma.
- (C) vínculo; pedagógico; diáspora; acadêmico.
- (D) papéis; iniciar; crucial; igarapé.
- (E) além; próximo; contínuo; sólido.

10 Sobre a sentença “Ele fez um empréstimo consignado pelo aplicativo do banco”, é correto afirmar que se encontra na voz

- (A) ativa, uma vez que o verbo é transitivo direto e indireto, solicitando como complementos os constituintes “um empréstimo consignado” e “pelo aplicativo do banco”.
- (B) passiva analítica, tendo como agente da passiva o constituinte “pelo aplicativo do banco”.
- (C) ativa, uma vez que é composta por verbo ativo, seu sujeito é o agente e seu objeto o paciente.
- (D) passiva analítica, já que se observa a concordância do sujeito paciente com o verbo transitivo direto e indireto.
- (E) passiva sintética, tendo como agente da passiva o constituinte “pelo aplicativo do banco”.

TEXTO BASE PARA AS PRÓXIMAS 3 (TRÊS) QUESTÕES.

REFORMA TRIBUTÁRIA

Receita Federal e Comitê Gestor do IBS definem período sem penalidades e mecanismo de adaptação gradual às novas regras da Reforma Tributária

Ato conjunto da Receita Federal e do Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) prevê período de adaptação para os contribuintes e garante previsibilidade e segurança jurídica para o início da Reforma Tributária do consumo.

Publicado em 23/12/2025 09h39. Atualizado em 23/12/2025 11h43

[...]

Disponível em: <https://www.gov.br/fazenda/pt-br/assuntos/noticias/2025/dezembro/receita-federal-e-comite-gestor-do-ibs-definem-regras-de-obrigacoes-acessorias-da-reforma-tributaria-para-inicio-de-2026>. Acesso em: 29 de dezembro de 2025.

11 A partir das informações contidas no título e subtítulo da notícia acerca da Reforma Tributária, analisem-se as afirmativas abaixo:

- I. O Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços é um órgão da Receita Federal criado com a finalidade específica de deliberar acerca do novo imposto (IBS).
- II. O período de adaptação, referido no subtítulo, busca dar segurança jurídica e garantir previsibilidade para os contribuintes.
- III. No excerto da notícia apresentado, detalha-se o mecanismo de adaptação gradual que se aplica às novas regras da Reforma Tributária.

É(são) verdadeira(s) a(s) afirmativa(s)

- (A) I, apenas.
- (B) I e II.
- (C) II, apenas.
- (D) II e III.
- (E) III.

12 No trecho “[...] mecanismo de adaptação gradual às novas regras da Reforma Tributária”, emprega-se corretamente a crase, assim como em

- (A) Quando não está chovendo, prefiro andar à pé.
- (B) As crianças assistiram à apresentação teatral muito empolgadas.
- (C) Nosso vizinho começou às reformas na casa semana passada.
- (D) Todos os meus amigos irão à Portugal nas próximas férias escolares.
- (E) Entregarão o documento à Vossa Excelência.

13 Sobre a concordância verbal em “Ato conjunto da Receita Federal e do Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) prevê período de adaptação para os contribuintes”, é correto afirmar que

- (A) o verbo “prevê” recebe acento diferencial para marcar o plural, concordando com o sujeito.
- (B) o sujeito, na terceira pessoa do singular, concorda com o verbo.
- (C) o verbo está incorretamente grafado, pois não deveria receber o acento circunflexo, já que deveria concordar com o sujeito.
- (D) o sujeito composto, formado pelos núcleos “Ato conjunto da Receita Federal” e “Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços”, concorda corretamente com o verbo no plural.
- (E) o verbo “prevê”, na terceira pessoa do plural, recebe facultativamente o acento circunflexo, ao concordar com o sujeito no plural.

14 A sentença em que a concordância nominal está corretamente estabelecida é

- (A) Chegaram bastantes prateleiras para os livros da biblioteca.
- (B) Os alunos mesmo é que enviaram os arquivos anexo.
- (C) Irritantes e longas parecia aquela fila das pessoas no estacionamento.
- (D) Parece que não havia atendentes suficiente no horário de pico das vendas.
- (E) Depois de um tempo, o resultado e o gabarito do exame foi divulgado.

15 Considere-se uma situação hipotética, segundo a qual uma notícia publicada viesse sob o seguinte título: “Novo jogador para o time paraense”. Sobre o emprego da palavra “para” na frase em questão, é correto afirmar que

- (A) corresponde a um verbo conjugado na segunda pessoa do singular, o qual concorda com o sujeito “novo jogador”.
- (B) é uma preposição indicativa de “finalidade” e, portanto, não se flexiona, tampouco estabelece concordância com o sujeito.
- (C) diz respeito a uma forma verbal no infinitivo, podendo ser confundida com uma conjunção de mesma forma ortográfica.
- (D) está incorretamente grafada, pois corresponde claramente a uma preposição e, por isso, deveria ser grafada como “pára”, a fim de se diferenciar do verbo “parar”, quando conjugado na terceira pessoa do singular.
- (E) sua interpretação depende do contexto maior em que a frase for empregada (no caso, a notícia), pois pode ser interpretada tanto como preposição quanto como verbo.

D2 - MATEMÁTICA FINANCEIRA E ESTATÍSTICA

16 Um investidor decide aplicar um certo capital C_0 em um título de renda fixa. Ao final de um período de 6 meses, a aplicação gerou um lucro líquido de 20% sobre C_0 . O investidor, então, decide reinvestir o montante em outro título. Passados mais 12 meses, o investidor recebe o total de R\$ 17.280,00 deste último investimento. Sabendo-se que os dois títulos oferecem a mesma taxa de juros compostos, o valor do capital inicial C_0 é igual a

- (A) R\$ 10.000,00.
- (B) R\$ 11.000,00.
- (C) R\$ 12.000,00.
- (D) R\$ 13.000,00.
- (E) R\$ 14.000,00.

17 Um investimento inicial gera, para os próximos 3 anos, expectativa de retornos anuais e consecutivos de R\$ 1.000,00, R\$ 2.000,00 e R\$ 4.000,00, respectivamente. Para que a Taxa Interna de Retorno deste investimento seja igual a 25% a.a, o investimento inicial deve ser igual a

(Considere: $(1,6)^3 = 4,096$)

- (A) R\$ 4.128,00.
- (B) R\$ 4.624,00.
- (C) R\$ 5.120,00.
- (D) R\$ 5.600,00.
- (E) R\$ 5.952,00.

18 Para pagar uma dívida, seu José deseja descontar um título de crédito no valor de R\$ 12.500,00 a vencer em 120 dias. Sabendo-se que, para essa operação, o banco opera com regime de **desconto comercial simples** à taxa de 5% a.m, pode-se afirmar que a **taxa efetiva mensal** de juros composto que seu José está pagando na operação é de

- (A) 0,025
- (B) $\sqrt[4]{1,3} - 1$
- (C) 0,05
- (D) $\sqrt[4]{1,25} - 1$
- (E) 0,0625

19 Um cidadão resolveu abrir uma pequena empresa e, para isso, investiu um capital de R\$ 80.000,00. O cidadão deseja ter um retorno líquido de R\$ 200.000,00 após 6 anos. Considerando o sistema de **capitalização contínua**, a taxa nominal anual de juros para que o cidadão alcance sua meta equivale a

- (A) $e^{0,25} - 1$
- (B) 0,25
- (C) $\ln \sqrt[6]{2,5}$
- (D) $\sqrt[6]{2,5} - 1$
- (E) $\log \sqrt[6]{2,7}$

20 Um produto custa R\$10.000,00 e a loja está vendendo com pagamento em 3 (parcelas) iguais a P, com a primeira vencendo 2 (dois) meses após a compra. Sabendo-se que a taxa de juros compostos embutidos pela loja nas compras parceladas é de 5% a.m, o valor da parcela P será equivalente a

- (A) $\frac{525 \cdot 1,05^2}{1 - 1,05^{-5}}$
- (B) $\frac{525}{1 - 1,05^{-5}}$
- (C) $\frac{500 \cdot 1,05^2}{1 - 1,05^{-5}}$
- (D) $\frac{500 \cdot 1,05^2}{1 - 1,05^{-3}}$
- (E) $\frac{525}{1 - 1,05^{-3}}$

21 Um investidor precisa resgatar R\$ 20.000,00 em 3 meses e R\$ 33.000,00 em 9 meses. Sabendo-se que o investimento oferece uma taxa de juros composto de 10% a.a com capitalização semestral, então o valor que o investidor precisará depositar hoje é igual a

(Considere: $(1,05)^{1,5} = 1,08$)

- (A) R\$ 49.000,00.
- (B) R\$ 50.000,00.
- (C) R\$ 51.000,00.
- (D) R\$ 52.000,00.
- (E) R\$ 53.000,00.

22 Úrsula decide investir R\$ 90.000,00 por 20 (vinte) anos, em um fundo de previdência privada, que trabalha em regime de juros compostos, com taxa de 12% a.a, com capitalização mensal. Passados os 20 anos, o valor em reais, da renda que Úrsula receberá todos os meses pelo resto de sua vida, será igual a

- (A) $900 \cdot [(1,01)^{12} - 1]^{20}$
- (B) $900.000 \cdot 1,12^{20}$
- (C) $900.000 \cdot 1,01^{241}$
- (D) $900 \cdot 1,01^{240}$
- (E) $900.000 \cdot 0,12 \cdot 1,12^{20}$

RASCUNHO

23 Paulo aplicou R\$ 15.000,00 em duas partes. A primeira parte, X, foi empregada a juros simples de 15% a.a, e o restante foi aplicado a juros simples de 10% a.a. Após 6 meses, Paulo obteve juros, somados das duas partes, iguais a R\$ 950,00. Podemos, assim, afirmar que o valor de X é igual a

- (A) R\$ 6.000,00.
- (B) R\$ 6.500,00.
- (C) R\$ 7.000,00.
- (D) R\$ 7.500,00.
- (E) R\$ 8.000,00.

24 Pedro financiou a compra de um carro usado, no valor de R\$ 40.000,00, em 10 (dez) parcelas, calculadas pelo Sistema de Amortização Constante, com taxa de 1,5% a.m. O valor da 3ª parcela será igual a

- (A) R\$ 4.600,00.
- (B) R\$ 4.540,00.
- (C) R\$ 4.480,00.
- (D) R\$ 4.420,00.
- (E) R\$ 4.360,00.

25 João aprovou um empréstimo de R\$ 200.000,00, com prazo de amortização de 5 anos pelo Sistema Francês de Amortização.

Período (anos)	Saldo Devedor (R\$)	Amortização (R\$)	Juros (R\$)	Prestação (R\$)
0	200.000,00			
1	167.240,50	32.759,50	20.000,00	52.759,50
2	?			
3				
4				
5				

Observando-se a tabela acima, é correto afirmar que o saldo devedor da dívida no 2º ano (?) é igual a

- (A) R\$ 109.254,05.
- (B) R\$ 118.240,05.
- (C) R\$ 121.566,05.
- (D) R\$ 131.205,05.
- (E) R\$ 141.721,05.

26 Em um município, 20% das empresas encontram-se em situação irregular. Uma ação de fiscalização possui sensibilidade de 95%, ou seja, identifica corretamente 95% das empresas irregulares. Por outro lado, 15% das empresas regularizadas são erroneamente classificadas como irregulares. Considerando essas informações, a probabilidade de uma empresa classificada como irregular pela fiscalização estar, de fato, em situação irregular é de, aproximadamente,

- (A) 0,19.
- (B) 0,61.
- (C) 0,76.
- (D) 0,95.
- (E) 0,03.

RASCUNHO

27 A modernização da administração tributária tem incorporado, de forma crescente, técnicas estatísticas para melhorar as ações de fiscalização e a avaliação de políticas tributárias. Nesse contexto, considere as seguintes afirmativas:

- I. A utilização de técnicas de amostragem em auditorias fiscais permite estimar valores sonegados no universo fiscalizado, desde que a seleção amostral seja não-probabilística;
- II. Modelos de regressão aplicados à fiscalização tributária podem ser utilizados para estimar a probabilidade de inadimplência ou irregularidade fiscal, contribuindo para a priorização das ações de controle;
- III. A identificação de outliers em bases de dados fiscais deve basear-se exclusivamente em medidas de tendência central, sendo inadequado o uso de medidas de dispersão, por aumentarem a subjetividade da análise.

É(São) verdadeira(s) a(s) afirmativa(s)

- (A) I, apenas.
(B) I e II.
(C) II, apenas.
(D) III, apenas.
(E) II e III.

28 Estão sendo analisados 1.000 formulários de pedidos de compra registrados por contribuintes sujeitos à fiscalização estadual. Erros nesses formulários podem gerar inconsistências fiscais e comprometer a conformidade tributária. A administração tributária admite, como parâmetro de controle, que a proporção máxima aceitável de formulários com erros seja de 5%. Durante a auditoria, constatou-se que 7% dos formulários analisados apresentavam erros. Considerando-se esses dados,

- (A) pode-se fazer um teste com aproximação pela distribuição normal e não rejeitar a hipótese, a um nível de significância de 1%, de que a proporção de formulários com erro seja, no máximo, de 5%, pois a diferença observada pode ser atribuída ao acaso.
(B) pode-se fazer um teste e rejeitar a hipótese de que a proporção de formulários com erro seja de, no máximo, 5%, indicando que o limite foi ultrapassado ao nível de significância de 1%.
(C) pode-se rejeitar a hipótese nula apenas se o nível de confiança adotado for de 95%, mas não ao nível de confiança de 99%.
(D) não é possível realizar o teste de hipóteses, pois o tamanho da amostra é insuficiente para a aproximação normal.
(E) conclui-se automaticamente que o limite foi ultrapassado, independentemente do nível de significância, pois a proporção observada (7%) excede a proporção máxima admissível (5%).

29 Em um procedimento de fiscalização trabalhista-tributária, uma empresa informa que, no departamento administrativo, a média salarial é de 2,5 salários mínimos e a mediana salarial é de 1,5 salários mínimos. Com base exclusivamente nessas informações e nos conceitos estatísticos aplicáveis, pode-se afirmar que

- (A) as informações são inconsistentes, pois a média salarial deve ser sempre igual à mediana em distribuições salariais assimétricas.
(B) a distribuição salarial apresenta assimetria negativa, indicando concentração de salários elevados e poucos salários baixos.
(C) a média salarial informada invalida o uso da mediana como medida estatística, pois a presença de assimetria impede qualquer inferência sobre a estrutura salarial.
(D) as informações fornecidas permitem concluir que pelo menos 50% dos trabalhadores do departamento recebem salários superiores a 2,5 salários mínimos.
(E) a diferença entre média e mediana sugere uma distribuição assimétrica à direita, possivelmente influenciada por poucos salários muito elevados, sendo a mediana uma medida mais representativa da remuneração típica dos trabalhadores.

RASCUNHO

30 Durante uma auditoria fiscal baseada em análise de dados, foram examinadas 20 observações das variáveis X e Y, nas quais X representa uma variável econômica declarada pelo contribuinte e Y, um indicador fiscal associado. A partir da base de dados, obtiveram-se as seguintes somatórias: $\Sigma X = 4$, $\Sigma Y = 9$, $\Sigma X^2 = 42$, $\Sigma Y^2 = 80$ e $\Sigma XY = -20$. Com base nessas informações, na análise de correlação e regressão linear simples de Y em função de X, conclui-se que

- (A) o coeficiente de correlação linear é negativo e inferior a 0,50, indicando fraca associação linear.
- (B) a covariância entre X e Y é positiva, o que implica coeficiente de correlação positivo e reta de regressão crescente.
- (C) o coeficiente de correlação linear é positivo e elevado, indicando forte associação linear entre as variáveis, o que invalida o uso do modelo de regressão para fins fiscais.
- (D) o coeficiente de correlação linear é aproximadamente nulo, indicando ausência de relação estatística entre as variáveis, e o coeficiente angular da regressão é exatamente zero.
- (E) a estimativa do intervalo de confiança do parâmetro de regressão contém o zero, apesar do coeficiente de correlação linear ser negativo, em razão da influência do termo constante.

D3 - ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E ÉTICA

31 Ao observar a trajetória histórica da Administração Pública brasileira, evidencia-se um processo complexo, por vezes lento e caracterizado por fases de inflexão que se iniciaram com o modelo patrimonialista e culminaram com o modelo gerencial de administração pública. Ao considerar esse processo, observa-se que os novos modelos não necessariamente eliminaram por completo práticas já arraigadas nos modelos anteriores. Portanto, considerando a evolução da Administração Pública brasileira, é correto afirmar que os governos que iniciaram as mudanças do modelo patrimonialista para a burocracia e da burocracia para o gerencial, foram, respectivamente, os de

- (A) Itamar Franco e Dilma Roussef.
- (B) Deodoro da Fonseca e Michel Temer.
- (C) Castelo Branco e Luiz Inácio Lula da Silva.
- (D) Getúlio Vargas e Fernando Henrique Cardoso.
- (E) Juscelino Kubitschek e Jair Bolsonaro.

32 No âmbito da reorganização administrativa e fiscal ocorrida no Brasil colonial que precedeu as reformas administrativas do período da independência, um marco histórico foi a fundação da Casa da Moeda. Tal medida foi necessária para atender ao mercado de moedas de ouro e prata, padronizar o meio circulante e foi uma consequência da expansão da economia mineradora, da intensificação do comércio e indispensável para substituir a grande variedade de moedas estrangeiras que circulavam no Brasil. Considerando a cronologia do processo de reorganização política e administrativa do Brasil Colônia, que ocorreu entre 1500 e 1822, a fundação da Casa da Moeda data de

- (A) 1694.
- (B) 1702.
- (C) 1750.
- (D) 1808.
- (E) 1822.

33 O Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) foi criado durante o governo do presidente Getúlio Vargas, em 1938, para reorganizar a administração pública brasileira. A criação do DASP foi considerada central para a implantação do modelo burocrático de administração pública no Brasil. O DASP perdurou na administração pública brasileira até ser extinto e substituído pela Secretaria de Administração Pública da Presidência da República (SEDAP), o que ocorreu no governo do presidente

- (A) Humberto de Alencar Castelo Branco.
- (B) Juscelino Kubitschek de Oliveira.
- (C) José Sarney de Araújo Costa.
- (D) Ernesto Geisel.
- (E) Fernando Henrique Cardoso.

34 As mudanças do modelo gerencialista emergiram no final do século XX, inspiradas nos ajustes realizados no governo da primeira ministra inglesa, Margareth Thatcher, que implementou diversas medidas para aumentar a eficiência da administração pública e responder à crise fiscal. Medidas semelhantes foram utilizadas nos Estados Unidos, Austrália e Nova Zelândia, sendo, posteriormente, adotadas, com ajustes, por diversos países, inclusive o Brasil. Considerando-se medidas que expressam corretamente os princípios, instrumentos e orientações do modelo gerencialista de administração pública, considere os seguintes itens:

- I. adoção de padrões e métricas de desempenho para órgãos e servidores, baseados em padrões mensuráveis e com ênfase na responsabilização;
- II. consolidação da estabilidade funcional e contratação de servidores por tempo indeterminado por meio de concursos públicos como instrumento para assegurar continuidade administrativa, combater a corrupção e atrair melhores servidores;
- III. flexibilização das estruturas organizacionais substituindo as estruturas hierarquizadas baseadas em estilos de gestão centralizados e rígidos pela flexibilização e horizontalização da gestão;
- IV. aumento da disciplina com as despesas públicas com cortes e racionalização dos gastos com a máquina administrativa.

Estão corretos os itens

- (A) I e III, apenas.
- (B) I, III e IV, apenas.
- (C) II e IV, apenas.
- (D) I, II, III e IV.
- (E) I, II e IV, apenas.

35 A conceituação de governança pública, segundo Bresser Pereira (1998), expressa a capacidade administrativa e financeira de um governo para transformar em realidade suas políticas públicas. Com isso, a governança materializa a habilidade para criar as condições necessárias para a efetivação das ações do Estado. Sob essa perspectiva, o Banco Mundial desenvolveu um conjunto de indicadores que medem dimensões específicas da governança pública. Sobre tais indicadores considere os seguintes itens:

- I. expressão e responsabilização, medidas pela capacidade dos cidadãos em elegerem seus governantes, liberdade de expressão, de associação e de imprensa;
- II. estado de direito, medido pelo respeito e confiança às regras da sociedade e pelo poder de *enforcement* do Estado para moldar ações individuais e coletivas, seja no respeito a contratos, direitos à propriedade, polícia, tribunais, entre outros;
- III. inclusão social, expressa pela capacidade de grupos excluídos em constituir e manter empresas e outros mecanismos necessários à promoção da inclusão social e aproveitamento de oportunidades econômicas, com foco no desenvolvimento, seja por meio de redistribuição de renda ou acesso a políticas públicas;
- IV. qualidade do marco regulatório, expresso pela capacidade em formular e implementar políticas e regulamentos que promovam desenvolvimento econômico e social, medidos pela liberdade de investimentos, barreiras ao comércio, facilidade para abrir empresas, entre outros.

Estão corretos os itens

- (A) I e III, apenas.
- (B) I, III e IV, apenas.
- (C) II e IV, apenas.
- (D) I, II, III e IV.
- (E) I, II e IV, apenas.

36 Governabilidade expressa a capacidade de um governo de exercer seu poder e se constitui com base no apoio político e popular, obtido pelos governantes quando estes estabelecem relacionamentos com a sociedade civil organizada, partidos políticos e demais entidades de representação social. Com isso, uma estratégia utilizada pelos governantes para ampliar sua governabilidade é a adoção do clientelismo. O clientelismo é reconhecido por

(A) tutelar e proteger os interesses de grupos hipossuficientes como forma de aproximar o governo da sociedade civil e com isso obter apoio para os planos e projetos governamentais.

(B) trocar apoio pelo favorecimento de grupos específicos da sociedade, expresso na forma de benefícios públicos, nomeações para cargos, prestação privilegiada de serviços em detrimento do restante da sociedade, conquistando assim votos e sustentação política.

(C) mediar interesses de grupos sociais com transparência e impessoalidade ao considerá-los como cidadãos e consumidores de serviços públicos, portanto, agentes proativos e clientes da administração pública.

(D) defender interesses de grupos organizados que exercem pressão diretamente sob os governos e indiretamente por meio de representantes no Congresso para obter vantagens e atender a seus interesses específicos.

(E) avaliar a qualidade dos serviços públicos adotando medidas de correção quando necessário visando a garantir padrões esperados de qualidade e satisfação da sociedade, seja por meio de serviços oferecidos diretamente pelo Estado ou acompanhados por meio das Agências Reguladoras, garantindo tratamento justo e igualitário para a população, reconhecida pelo estado como cliente dos serviços públicos.

37 A gestão pública empreendedora sintetiza um amplo conjunto de procedimentos de gestão com o objetivo de solucionar problemas sociais, modernizar a administração pública e superar as barreiras que limitam a satisfação da sociedade com os serviços públicos. Sobre as ações de modernização da administração pública, propostas pela gestão empreendedora, considere os seguintes itens:

I. incentivo à competição, dentro e fora do governo, visando a melhorar a eficiência, aumentar a oferta e a qualidade dos serviços públicos;

II. foco nos resultados ao deslocar a ênfase da administração pública de tarefas e procedimentos para a oferta de valor para a sociedade;

III. centralização de autoridade como instrumento para controlar a administração pública, evitar fraudes e abusos, fiscalizar a prestação de serviços e padronizar processos internos;

IV. redução da burocracia como forma de aumentar a agilidade, reduzir os gastos, estimular a inovação e o desempenho da administração pública.

Estão corretos os itens

(A) I e III, apenas.

(B) I, III e IV, apenas.

(C) II e IV, apenas.

(D) I, II, III e IV.

(E) I, II e IV, apenas.

38 Políticas públicas expressam uma atividade fundamental para a Administração Pública e ocorrem quando os governos, atendendo a demandas da sociedade, decidem objetivos e meios para alcançá-los. Nessa perspectiva, políticas públicas podem ser compreendidas como ações deliberadas, que se expressam em leis, documentos, regulamentos e outros instrumentos normativos, voltados à promoção do interesse público. Considerando esses aspectos e a tipologia de Theodore Lowi (1972), analise as assertivas abaixo:

I. Distributivas são aquelas que alocam recursos e benefícios públicos direcionados a grupos, setores ou regiões, geralmente com custos diluídos para o conjunto da sociedade, podendo originar conflitos quando muito concentradas em grupos específicos.

II. Constitutivas são aquelas que impõem regras, restrições e padrões de comportamento com a finalidade de incentivar, regular ou coibir comportamentos de indivíduos, organizações e mercados.

III. Redistributivas são aquelas que promovem a realocação e a transferência de recursos para áreas ou grupos sociais que demandam assistência ou fortalecimento.

IV. Regulatórias são aquelas que organizam a infraestrutura do Estado, definem estruturas, competências e regras para o exercício da atividade político-administrativa.

São verdadeiras as assertivas

(A) I e III, apenas.

(B) I, III e IV, apenas.

(C) II e IV, apenas.

(D) I, II, III e IV.

(E) I, II e IV, apenas.

39 Nos termos do Decreto nº 4.104, de 14 de junho de 2000, que institui o Código de Ética Profissional e cria o Conselho de Ética, no âmbito da Secretaria Executiva da Fazenda, é considerado membro nato do Conselho de Ética Profissional o titular e/ou o representante do(s)/da

- (A) Secretário Executivo de Estado da Fazenda.
- (B) Corregedoria Fazendária da Secretaria Executiva do Estado da Fazenda.
- (C) Servidores da Secretaria Executiva de Estado da Fazenda.
- (D) Procuradoria Geral do Estado.
- (E) Ministério Público Estadual.

40 No âmbito do Decreto nº 4.104, de 14 de junho de 2000, que instituiu o Código de Ética Profissional e criou o Conselho de Ética no âmbito da Secretaria Executiva da Fazenda, o capítulo I, artigo 1º, Item II, determina que “o servidor da Fazenda Estadual não poderá desprezar o elemento ético de sua conduta, à luz do art. 37, 4º da Constituição Federal”. A transcrição correta do **parágrafo 4º**, do art. 37 da Constituição Federal é a seguinte:

- (A) os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e na gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.
- (B) a lei estabelecerá os prazos de prescrição para ilícitos praticados por qualquer agente, servidor ou não, que causem prejuízos ao erário, ressalvadas as respectivas ações de ressarcimento.
- (C) a lei disporá sobre os requisitos e as restrições ao ocupante de cargo ou emprego da administração direta e indireta que possibilite o acesso a informações privilegiadas.
- (D) as pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.
- (E) a norma de que o servidor público, titular de cargo efetivo, poderá ser readaptado para exercício de cargo cujas atribuições e responsabilidades sejam compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental, enquanto permanecer nesta condição, desde que possua a habilitação e o nível de escolaridade exigidos para o cargo de destino, mantida a remuneração do cargo de origem.

D4 - DIREITO ADMINISTRATIVO, CIVIL E PENAL

41 A Lei nº 14.133/2021 prevê prerrogativas contratuais em favor da Administração Pública. Dentre estas prerrogativas, está a possibilidade de ocupar provisoriamente bens móveis e imóveis e utilizar pessoal e serviços vinculados ao objeto do contrato. Isso é possível, de acordo com a lei, no caso de necessidade de acautelar apuração administrativa de faltas contratuais pelo contratado,

- (A) desde que o contrato esteja extinto.
- (B) sendo imprescindível que se dê antes da extinção do contrato.
- (C) inclusive após extinção do contrato.
- (D) sendo imprescindível a declaração da caducidade contratual antes da ocupação.
- (E) sendo imprescindível a declaração da encampação contratual antes da ocupação do bem.

42 O princípio da eficiência é fundamental para concepção de administração gerencial e passou a ser previsto expressamente na Constituição Federal após a Emenda Constitucional nº 19/1998. Sobre o entendimento do STF acerca deste princípio, é correto afirmar que, para a corte,

- (A) é constitucional, pois observa o princípio da eficiência e não afronta os princípios do direito adquirido e da irretroatividade, dispositivo de lei que impõe condição temporal às entidades que pretendam obter ou renovar o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) e determina sua incidência em relação a requerimentos protocolados anteriormente à edição da norma e ainda pendentes de julgamento.
- (B) o princípio da eficiência não impõe que a Administração Pública utilize os meios necessários e adequados para atingimento dos objetivos pretendidos e impede que se estabeleçam mecanismos de controle para avaliação dos resultados obtidos.
- (C) atos de constrição do patrimônio de estatal prestadora de serviço público essencial, em regime não concorrencial, não viola os princípios da separação dos poderes da eficiência e da legalidade orçamentária e ao sistema constitucional de precatórios.
- (D) mostra-se sempre adequado à isonomia e à eficiência administrativa a exclusão do cargo de Analista Previdenciário dentre os cargos transformados em Analista-Tributário da Receita Federal do Brasil.
- (E) é inconstitucional o percentual de juros compensatórios de 6% (seis por cento) ao ano para a remuneração do proprietário pela imissão provisória do ente público na posse do seu bem, na medida em que consiste em ponderação legislativa desproporcional entre o direito constitucional do proprietário à justa indenização e viola os princípios constitucionais da eficiência e da economicidade.

43 Numa situação em que a administração pública precisa rever um ato administrativo negocial, como uma permissão para uso de bem público, em razão de fato superveniente decorrente de mudança legislativa que o torne incompatível com o ordenamento jurídico, este ato será extinto

- (A) por caducidade do ato, que tem efeitos retroativos em regra que torna o ato ilegal desde a origem.
- (B) por revogação do ato, já que nesta situação não há mais oportunidade e conveniência na sua manutenção, com efeitos retroativos, em regra.
- (C) por caducidade, diante da ilegalidade superveniente, sem efeitos retroativos em regra.
- (D) por anulação, diante ilegalidade originária, com efeitos retroativos em regra.
- (E) por anulação, diante da ilegalidade superveniente, sem efeitos retroativos em regra.

44 O Estado do Pará contratou uma empresa para ficar responsável pela pavimentação de uma rodovia paraense. O prazo de execução do contrato era de 150 dias. Passados 200 dias do início do contrato, a empresa pavimentou apenas 4 km dos 60 km pactuados contratualmente, prejudicando drasticamente a economia de um município (caso hipotético). Diante disso, após devido processo administrativo, o Estado rescindiu o contrato e aplicou a penalidade de declaração de inidoneidade para licitar. Nesta situação, o Estado do Pará fez exercício do Poder

- (A) Hierárquico.
- (B) Normativo.
- (C) Regulamentar.
- (D) de Polícia.
- (E) Disciplinar.

45 A Lei nº 5.810/1994, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis da Administração Direta, das Autarquias e das Fundações Públicas do Estado do Pará, trata do direito de petição. Dentre as hipóteses previstas na lei sobre esse direito, está assegurado(a) ao servidor

- (A) o direito de petição em defesa de direitos ou contra ilegalidade, salvo se decorrente de abuso de poder, por exigir processo judicial próprio.
- (B) a obtenção de comprovantes em defesa de direitos e esclarecimento de situações, se de interesse público ou particular.
- (C) a obtenção de certidões em defesa de direitos e esclarecimento de situações, se de interesse público.
- (D) o direito de petição em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder.
- (E) a obtenção de declarações em defesa de direitos e esclarecimento de situações, se de interesse privado ou público.

46 Em relação ao processo decisório das Agências Reguladoras, previsto na Lei nº 13.848/19, é correto dizer que

- (A) é compulsório à agência reguladora adotar processo de delegação interna de decisão, sendo assegurado ao conselho diretor ou à diretoria colegiada o direito de reexame das decisões delegadas.
- (B) as reuniões deliberativas do conselho diretor ou da diretoria colegiada da agência reguladora serão privadas, contudo gravadas em meio eletrônico para posterior publicidade.
- (C) a agência reguladora deverá observar, em suas atividades, a devida adequação entre meios e fins, sendo possível a imposição de obrigações, restrições e sanções em medida superior àquela necessária ao atendimento do interesse público.
- (D) a agência reguladora deverá indicar os pressupostos de fato e de direito que determinarem suas decisões, inclusive a respeito da edição ou não de atos normativos.
- (E) o processo de decisão da agência reguladora referente à regulação será de decisão monocrática.

47 Manoel é empregado da empresa Luz e Ação, concessionária de energia elétrica do Estado Beta. Depois de fazer reparos na fiação subterrânea em determinado bairro do Município Alfa, esquece de fechar a tampa do bueiro, o que ocasiona a queda de Tarcila no buraco em aberto. Esta é maquiadora que trabalha de forma autônoma e, em razão da lesão na perna, fica três meses sem poder trabalhar. Nesta situação, de acordo com a Constituição Federal, será responsável pelo dano causado a Tarcila

- (A) Manoel, agente causador do dano e respondendo de forma objetiva, com base na Teoria do Risco Administrativo.
- (B) o Estado Beta, respondendo de forma objetiva pelo dano, se comprovada a culpa de Manoel, com base na Teoria do Risco Administrativo.
- (C) a concessionária Luz e Ação, que responde pelo dano de forma objetiva, com base na Teoria do Risco Administrativo.
- (D) o Estado Beta e a empresa Luz e Ação, que respondem solidariamente de forma objetiva com base na Teoria do Risco Administrativo.
- (E) o Município Alfa e o Estado Beta, que respondem solidariamente de forma objetiva com base na Teoria do Risco Administrativo.

48 Dentre os princípios constitucionais da Administração Pública, o princípio da publicidade ganha destaque como forma de garantir a transparência na atuação administrativa do Estado. Neste sentido, a Lei nº 12.527/2011 dispõe sobre os procedimentos com o fim de garantir o acesso à informação e **NÃO** tem como princípio básico a/o

- (A) observância da publicidade como preceito geral e do sigilo como exceção.
- (B) divulgação de informações de interesse público, a depender de solicitações.
- (C) utilização de meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação.
- (D) fomento ao desenvolvimento da cultura de transparência na administração pública.
- (E) desenvolvimento do controle social da administração pública.

49 A Administração Tributária do Estado do Pará tem como objetivo fundamental atuar para que ingressem nos cofres públicos os recursos financeiros essenciais para que o Estado alcance seus objetivos. Neste contexto, **NÃO** é função institucional da Administração Tributária

- (A) executar a política e exercer as atividades da administração tributária e das demais receitas não tributárias incluídas em sua competência por legislação específica.
- (B) gerir, administrar, planejar, normatizar e supervisionar os sistemas e a tecnologia de informação, na área de sua competência.
- (C) prestar informações e emitir pareceres técnicos tributários ou fiscais em processos administrativos, observada a competência da Procuradoria Geral do Estado.
- (D) manifestar-se de forma opinativa sobre a situação perante o fisco de pessoas naturais ou jurídicas sujeitas ao cumprimento de obrigações tributárias.
- (E) controlar o processo de repasse e a prestação de contas dos tributos e demais receitas estaduais pela rede arrecadadora e a aplicação de penalidades decorrentes do descumprimento da legislação a ela aplicável.

50 De acordo com o art. 13 da Lei Complementar nº 78/2011, que institui a Lei Orgânica da Administração Tributária do Estado do Pará. **NÃO** faz(em) parte da estrutura organizacional da Administração Tributária

- (A) o Conselho Superior de Administração Tributária do Estado do Pará – CONSAT.
- (B) o Centro de Pesquisa e Análise Fiscal.
- (C) os Órgãos Judicantes e Normativos da Administração Tributária e Não Tributária.
- (D) os Órgãos de Julgamento de primeira e segunda instância.
- (E) os Órgãos de Execução da Administração Tributária e Não Tributária.

51 A validade do negócio jurídico exige agente capaz, objeto lícito, possível, determinado ou determinável e forma prescrita ou não defesa em lei. De modo que, as disposições gerais do negócio jurídico determinam o seguinte:

- (A) cointeressados capazes estão legitimados a invocar a capacidade relativa de uma das partes, mesmo que o objeto seja divisível.
- (B) mesmo que o objeto se torne possível após a celebração do negócio jurídico, sua impossibilidade inicial o torna inválido.
- (C) exige-se escritura pública como forma essencial à validade de negócios jurídicos que visem à constituição, transferência, modificação ou renúncia de direitos reais sobre quaisquer bens imóveis.
- (D) negócios jurídicos são interpretados conforme a boa-fé e os usos do lugar de sua celebração, sem que as partes possam pactuar regras de interpretação, de preenchimento de lacunas e de integração dos negócios jurídicos diversas daquelas previstas em lei.
- (E) admite-se o silêncio como manifestação de anuência sempre que não seja exigida a manifestação expressa do consentimento para a validade do negócio jurídico e quando as circunstâncias ou usos do caso autorizarem.

52 Para o jurista Pontes de Miranda, o universo jurídico é composto por fatos jurídicos que podem ser lícitos ou ilícitos, conforme sejam sociojuridicamente aprovados ou reprovados. Assim,

- (A) não é possível que o exercício de direitos enseje a prática de ato ilícito.
- (B) caracteriza ato ilícito a conduta humana comissiva ou omissiva voluntária, negligente ou imprudente, que viola direito e causa dano a outrem.
- (C) se o ato gera dano exclusivamente moral, não há que se falar em ato ilícito.
- (D) mesmo com o objetivo de remover perigo iminente, os danos produzidos dentro dos limites do indispensável caracterizam ato ilícito.
- (E) atos praticados em legítima defesa implicam ato ilícito quando violam direitos e causam danos a terceiros.

53 Os direitos reais sobre coisa alheia são resultado da decomposição dos poderes inerentes ao detentor do direito de propriedade. É correto afirmar que

- (A) os frutos naturais pendentes no início do usufruto, assim como aqueles pendentes quando cessa o usufruto, pertencem ao dono do bem dado em usufruto.
- (B) tanto a servidão aparente como a servidão não aparente podem ser adquiridas por usucapião em 10 anos.
- (C) a promessa de compra e venda registrada em cartório confere o direito real de aquisição do imóvel quando não for pactuado o direito de arrependimento.
- (D) o imóvel pode ter o direito real de habitação concedido a mais de uma pessoa, ficando aquela que o habitar sozinha com a incumbência de pagar aluguel àquela que não exercer o direito de habitar no local.
- (E) o direito de construir ou plantar no terreno de outra pessoa pode ser concedido mediante escritura pública, mas não pode ser transferido pelo favorecido a outrem nem gratuita nem onerosamente.

54 O vigente Código Civil tutela duas espécies de transmissão das obrigações: a cessão de crédito e a assunção de dívidas. Nesse sentido,

- (A) tratando-se de crédito hipotecário, é direito do cessionário fazer averbar a cessão do crédito realizada no registro do imóvel hipotecado.
- (B) o devedor não pode opor as exceções que tinha contra o cedente, mesmo quando não notificado da cessão do crédito.
- (C) a assunção de dívida pode ocorrer sem consentimento do credor, que pode resultar do seu silêncio, inclusive.
- (D) com a assunção de dívida, todas as garantias dadas pelo devedor primitivo são extintas, permanecendo apenas as garantias oferecidas por terceiros.
- (E) uma vez celebrada por instrumento público, a cessão de crédito produz efeito contra terceiros e contra o devedor.

55 Disciplina a lei civil brasileira que todo dano produzido em decorrência de ato ilícito deve ser objeto de reparação, de modo que

- (A) empresários e empresas respondem sempre, independentemente de culpa, por seus produtos.
- (B) ainda que vários sejam os autores dos danos indenizáveis, a solidariedade pela reparação não poderá ser presumida.
- (C) mesmo com a incidência de força maior, os donos de animais ficam obrigados a reparar os danos por eles causados a terceiros.
- (D) o incapaz pode ser responsabilizado pelos prejuízos causados, desde que as pessoas responsáveis por ele não tenham patrimônio para fazê-lo ou não tenham a obrigação de fazê-lo e desde que isso não comprometa a subsistência do incapaz e de seus dependentes.
- (E) danos produzidos por hóspedes a terceiros são de exclusiva responsabilidade dos próprios hóspedes.

56 É cediço que a disciplina do regime de bens no vigente Código Civil Brasileiro respeita aos princípios da livre estipulação e da variedade de regimes, dentre outros, além de implicar no estatuto patrimonial da família conjugal, com efeitos relativos aos cônjuges ou companheiros e a terceiros, portanto, é correto afirmar o seguinte:

- (A) impõe-se o regime obrigatório de bens quando os cônjuges não fazem pacto antenupcial escolhendo livremente o regime de bens de sua preferência.
- (B) independentemente do regime de bens, a alienação ou gravação de ônus real sobre bens imóveis e as doações de bens só podem ser realizadas com a autorização de ambos os cônjuges.
- (C) o regime legal é imperativo para os casamentos de pessoas que dependem de suprimento judicial para casar.
- (D) a imutabilidade do regime de bens é uma de suas características inegociáveis.
- (E) admite-se a convenção da livre disposição de bens imóveis particulares pelos cônjuges no pacto antenupcial que estabeleça o regime de participação nos aquestos.

57 Com base no Código Civil, sobre o direito empresarial, é correto afirmar o seguinte:

(A) sobre preferências e privilégios creditórios tem privilégio geral sobre a coisa arrecadada e liquidada, o credor de custas e despesas judiciais feitas com a arrecadação e liquidação.

(B) podem exercer a atividade de empresário os que estiverem em pleno gozo da capacidade civil e não forem legalmente impedidos, sendo vedado expressamente pelo Código Civil o exercício de empresa pelo incapaz, independentemente de representante ou assistido.

(C) considera-se estabelecimento todo complexo de bens organizado, para exercício da empresa, por empresário ou por sociedade empresária, inclusive o ponto. Quando o local onde se exerce a atividade empresarial for físico, o endereço informado para fins de registro é indicado pelo sócio administrador em decisão discricionária porque é representante da sociedade.

(D) o empresário e a sociedade empresária são obrigados a seguir um sistema de contabilidade, mecanizado ou não, com base na escrituração uniforme de seus livros, em correspondência com a documentação respectiva, e a levantar anualmente o balanço patrimonial e o de resultado econômico. Entre os valores do ativo podem figurar, desde que se preceda, por trimestre, à sua amortização as despesas de instalação da sociedade, até o limite correspondente a cinquenta por cento do capital social.

(E) goza de privilégio geral, na ordem seguinte, sobre os bens do devedor o crédito por despesas com o luto do cônjuge sobrevivente e dos filhos do devedor falecido, se foram moderadas.

58 Sobre a legislação falimentar e recuperacional (Lei nº 11.101/2005) e a Lei de Sociedades Anônimas (Lei nº 6.404/76), pode-se afirmar que

(A) a verificação dos créditos será realizada pelo administrador judicial, com base nos livros contábeis e documentos comerciais e fiscais do devedor e nos documentos que lhe forem apresentados pelos credores, podendo contar com o auxílio de profissionais ou empresas especializadas.

(B) o processo de recuperação judicial e o falimentar não admitem conciliação e mediação porque institutos exclusivos da jurisdição.

(C) o administrador judicial será profissional idôneo, obrigatoriamente advogado, economista, administrador de empresas ou contador, ou pessoa jurídica especializada.

(D) a companhia ou sociedade anônima terá o capital dividido em ações, sendo que a responsabilidade dos sócios ou acionistas será limitada ao preço de emissão das ações subscritas ou adquiridas, porém, todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

(E) a sociedade anônima pode adotar firma ou denominação, a depender do tipo de atividade, sendo acompanhada das expressões "companhia" ou "sociedade anônima", obrigatoriamente de forma expressa.

59 De acordo com a Lei nº 13.869/2019, constitui crime de abuso de autoridade constranger o preso ou o detento, mediante violência, grave ameaça ou redução de sua capacidade de resistência a

(A) confessar a prática de infração penal, desde que inexistam outros meios de prova.

(B) produzir prova contra si ou contra terceiro, ainda que assistido por defensor.

(C) submeter-se a situação vexatória, ainda que autorizada em lei.

(D) confessar, depor ou produzir prova contra si ou contra terceiro.

(E) colaborar com a investigação criminal, quando houver fundada suspeita.

60 Segundo o Código Penal, é correto afirmar que

(A) o agente que, por embriaguez completa decorrente de caso fortuito, era inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato é isento de pena.

(B) a embriaguez voluntária ou culposa exclui a imputabilidade penal quando comprovada a incapacidade total de autodeterminação.

(C) a menoridade penal afasta a tipicidade da conduta, ainda que o fato seja definido como crime.

(D) a semi-imputabilidade conduz, obrigatoriamente, à substituição da pena privativa de liberdade por medida de segurança.

(E) a imputabilidade penal decorre exclusivamente da existência de doença mental formalmente diagnosticada.

61 Conforme o Código Penal, no que se refere aos crimes contra a administração pública, a reparação do dano, quando realizada antes da sentença irrecorrível, tem como efeito jurídico

(A) a extinção da punibilidade nos crimes de peculato doloso e culposos.

(B) a redução de pena nos crimes praticados por funcionário público contra a administração em geral.

(C) a extinção da punibilidade exclusivamente no crime de peculato culposos.

(D) a exclusão do dolo nos crimes que admitem forma culposa.

(E) a substituição obrigatória da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos.

62 Caracteriza-se, nos termos da legislação, o roubo impróprio quando o agente

- (A) subtrai coisa alheia móvel mediante violência ou grave ameaça exercida antes da inversão da posse.
- (B) emprega violência ou grave ameaça para assegurar a impunidade do crime de furto, após a consumação e sem perseguição imediata.
- (C) emprega violência ou grave ameaça logo depois da subtração, para assegurar a detenção da coisa ou a impunidade do crime.
- (D) utiliza violência culposa para manter a posse da coisa subtraída, ainda que sem *animus furandi*.
- (E) pratica violência posterior à subtração, sem relação com a detenção da coisa ou com a fuga.

63 Nos termos do Código Penal, a lei penal excepcional ou temporária

- (A) aplica-se aos fatos praticados durante sua vigência, ainda que decorrido o período de duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram.
- (B) não se aplica aos fatos praticados após o término de sua vigência, ainda que mais benéfica ao agente.
- (C) aplica-se somente aos fatos praticados após sua entrada em vigor, vedada qualquer forma de retroatividade ou ultratividade.
- (D) deixa de incidir automaticamente sobre os fatos praticados durante sua vigência quando revogada.
- (E) submete-se ao princípio da retroatividade da lei penal mais benéfica, nos mesmos termos da lei penal comum.

64 Segundo a Lei nº 7.492/1986, configura crime contra o sistema financeiro nacional a conduta de

- (A) gerir instituição financeira de forma temerária, ainda que inexistente violação a norma legal ou regulamentar.
- (B) exercer, de fato, atividade privativa de instituição financeira, ainda que sem finalidade lucrativa.
- (C) gerir fraudulentamente instituição financeira, exigindo-se, para a configuração do delito, a efetiva ocorrência de prejuízo.
- (D) operar instituição financeira sem autorização, desde que haja habitualidade e obtenção de vantagem econômica.
- (E) gerir instituição financeira de forma temerária, quando demonstrado dolo específico de causar prejuízo ao sistema financeiro.

65 Segundo a Lei nº 8.429/1992, com a redação dada pela Lei nº 14.230/2021, configura ato de improbidade administrativa que importa em enriquecimento ilícito

- (A) a ação ou omissão dolosa que viole os princípios da administração pública, ainda que sem obtenção de vantagem patrimonial.
- (B) a percepção de vantagem econômica indevida, direta ou indireta, em razão do exercício de cargo, mandato, função, emprego ou atividade pública.
- (C) a prática de ato administrativo ilegal que cause prejuízo ao erário, independentemente de dolo específico.
- (D) o recebimento de vantagem de qualquer natureza, ainda que desvinculada do exercício da função pública.
- (E) a omissão culposa do agente público que resulte em aumento patrimonial incompatível com a renda declarada.

D5 - DIREITO CONSTITUCIONAL

66 Segundo Karl Loewenstein, a constituição normativa é aquela que

- (A) não é efetiva e permanece como promessa político-jurídica.
- (B) é um instrumento de dominação do grupo no poder, com aparência constitucional.
- (C) produz os efeitos previstos e transforma a realidade.
- (D) depende exclusivamente de regulamentação futura para ter validade.
- (E) só é efetiva quando aprovada por referendo popular.

67 As diferentes percepções do fenômeno constitucional procuram explicar como a Constituição se relaciona com a realidade social e com o poder político. Quanto às concepções de Constituição (sociológica, política, jurídica e normativa/concretizadora), é correto afirmar que:

(A) a concepção sociológica (Lassalle) define a Constituição como decisão política fundamental, a concepção política (Schmitt) a compreende como confluência dos fatores reais de poder, a concepção jurídica (Kelsen) defende a comunicação entre norma e fato e a concepção concretizadora (Hesse) separa direito e moral a partir de uma norma hipotética fundamental.

(B) a concepção política (Schmitt) reduz a Constituição a um “pedaço de papel” se não refletir a realidade social, a concepção sociológica (Lassalle) funda o controle concentrado, a concepção jurídica (Kelsen) identifica a Constituição com fatores reais de poder e a concepção concretizadora (Hesse) distingue normas materialmente e formalmente constitucionais.

(C) a concepção sociológica (Lassalle) enfatiza a Constituição como expressão dos fatores reais de poder, a concepção política (Schmitt) a identifica como decisão política fundamental, distinguindo normas materialmente constitucionais das formalmente constitucionais, a concepção jurídica (Kelsen) estrutura o ordenamento em hierarquia fundada em norma hipotética fundamental, com separação metodológica entre direito e moral e a concepção normativa/concretizadora (Hesse) destaca a força normativa da Constituição mediante interação entre norma e realidade.

(D) a concepção jurídica (Kelsen) sustenta que a Constituição deve ser lida como síntese dos valores sociais vigentes e, por isso, seu fundamento de validade deriva diretamente da moral social e a concepção sociológica (Lassalle) defende que a Constituição transforma a realidade por hermenêutica concretizadora.

(E) a concepção normativa/concretizadora (Hesse) afirma que a Constituição é apenas um texto que converte fatores reais de poder em norma, sendo irrelevante a comunicação entre norma e fato; por sua vez, a concepção política (Schmitt) limita a Constituição ao conjunto de normas formalmente constitucionais.

68 Dentre as competências comuns da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, está previsto na Constituição Federal

(A) exercer a classificação, para efeito indicativo, de diversões públicas e de programas de rádio e televisão.

(B) organizar, manter e executar a inspeção do trabalho.

(C) planejar e promover a defesa permanente contra as calamidades públicas, especialmente as secas e as inundações.

(D) instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano, inclusive habitação, saneamento básico e transportes urbanos.

(E) combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos.

69 A Constituição Federal assegura a todos o acesso à informação e resguarda o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional. Neste sentido, sobre o direito ao esquecimento, entende o STF que

(A) é compatível com a Constituição, em regra, a ideia de um direito ao esquecimento, entendido como o poder de obstar, em razão da passagem do tempo, a divulgação de fatos ou dados verídicos e lícitamente obtidos e publicados em meios de comunicação social analógicos ou digitais.

(B) é compatível com a Constituição a ideia de um direito ao esquecimento, entendido como o poder de proibir depois de 5 (cinco) anos a divulgação de fatos ou dados verídicos e lícitamente obtidos e publicados em meios de comunicação social analógicos ou digitais.

(C) é incompatível com a Constituição a ideia de um direito ao esquecimento, entendido como o poder de obstar, em razão da passagem do tempo, a divulgação de fatos ou dados verídicos e lícitamente obtidos e publicados em meios de comunicação social analógicos ou digitais.

(D) é incompatível com a Constituição a ideia de um direito ao esquecimento, salvo se o transcurso de tempo for superior a 10 (dez) anos para poder proibir a divulgação de fatos ou dados verídicos e lícitamente obtidos e publicados em meios de comunicação social analógicos ou digitais.

(E) é compatível com a Constituição a ideia de um direito ao esquecimento, entendido como o poder de proibir depois de 10 (dez) anos a divulgação de fatos ou dados verídicos e lícitamente obtidos e publicados em meios de comunicação social analógicos ou digitais.

70 A Constituição Federal define, no art. 103, os legitimados para propor ação direta de inconstitucionalidade (ADI) e ação declaratória de constitucionalidade (ADC). À luz do texto constitucional, é legitimado(a) para propor ADI e ADC

- (A) o Conselho Nacional de Justiça.
- (B) a Mesa da Câmara Municipal.
- (C) o Governador do Distrito Federal.
- (D) o Ministério Público Estadual, por meio do Procurador Geral de Justiça.
- (E) partido político, ainda que sem representação no Congresso Nacional.

71 No exercício das atribuições previstas na Constituição Federal, **NÃO** compete privativamente ao Presidente da República

- (A) decretar e executar a intervenção federal.
- (B) convocar e presidir o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional.
- (C) prestar, anualmente, ao Congresso Nacional, dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa, as contas referentes ao exercício anterior.
- (D) prover e extinguir os cargos públicos federais, na forma de lei complementar.
- (E) conferir condecorações e distinções honoríficas.

72 Em grave crise institucional entre o Executivo e o Legislativo de Município, o Tribunal de Justiça Estadual, a requerimento do Ministério Público local, defere intervenção estadual para garantir o cumprimento da Constituição Estadual. Nesse contexto,

- (A) é cabível recurso extraordinário contra o acórdão que defere a intervenção, por se tratar de matéria constitucional, desde que demonstrada repercussão geral.
- (B) é cabível recurso extraordinário apenas após o esgotamento das instâncias ordinárias, porque a decisão do Tribunal de Justiça tem natureza jurisdicional e se sujeita ao duplo grau.
- (C) não é cabível recurso extraordinário contra acórdão que defere pedido de intervenção estadual em Município, por se tratar de deliberação inserida em processo de intervenção, pois possui natureza jurídica político-administrativa.
- (D) não é cabível recurso extraordinário, salvo se o Procurador-Geral de República intervier no feito, hipótese em que se supriria a ausência de legitimidade recursal do Prefeito.
- (E) não é cabível recurso extraordinário, devendo o prefeito, em qualquer hipótese, utilizar reclamação constitucional ao STF como sucedâneo recursal contra o acórdão do Tribunal de Justiça.

73 De acordo com a Constituição Federal de 1988, decretado o estado de sítio em razão de comoção grave de repercussão nacional, dentre as medidas que poderão ser adotadas, poderá ser determinada a

- (A) detenção em edifício destinado a acusados ou condenados por crimes comuns.
- (B) intervenção nas empresas de serviços privados.
- (C) desapropriação de bens.
- (D) obrigação de permanência em localidade determinada.
- (E) extinção da liberdade de reunião.

74 No que se refere à competência da União de instituir impostos, o tributo que incide sobre produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente possui características importantes, como

- (A) incidir sobre as exportações e operações com energia elétrica e com telecomunicações.
- (B) incidir uma única vez sobre o bem ou serviço.
- (C) não poder integrar a base de cálculo do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS).
- (D) ter suas alíquotas fixadas por lei complementar.
- (E) não poder ter o mesmo fato gerador e base de cálculos de outros tributos.

75 Dentre as atividades que, de acordo com a Constituição Federal, constituem monopólio da União, **NÃO** está/estão a

- (A) produção, comercialização e utilização dos radioisótopos para pesquisa e uso agrícolas e industriais.
- (B) pesquisa e a lavra das jazidas de petróleo e gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos.
- (C) refinação do petróleo nacional ou estrangeiro.
- (D) importação e exportação dos produtos e derivados básicos resultantes da refinação do petróleo nacional ou estrangeiro.
- (E) pesquisa, a lavra, o enriquecimento, o reprocessamento, a industrialização e o comércio de minérios e minerais nucleares e seus derivados.

76 Nos termos da Constituição Federal, no exercício da competência tributária residual da União (Art. 154, inciso I), aos Estados e ao Distrito Federal pertencem

- (A) trinta por cento do produto da arrecadação do imposto que a União instituir no exercício desta competência.
- (B) vinte e oito por cento do produto da arrecadação do imposto que a União instituir no exercício desta competência.
- (C) vinte e cinco por cento do produto da arrecadação do imposto que a União instituir no exercício desta competência.
- (D) vinte por cento do produto da arrecadação do imposto que a União instituir no exercício desta competência.
- (E) vinte e dois por cento do produto da arrecadação do imposto que a União instituir no exercício desta competência.

77 Entre os importantes direitos assegurados aos servidores públicos estaduais e municipais pela Constituição do Estado do Pará **NÃO** está

- (A) o vencimento nunca inferior ao salário-mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado.
- (B) a duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta semanais.
- (C) a proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei.
- (D) a redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança.
- (E) o adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas, na forma da lei.

78 À luz da Constituição do Estado do Pará, dentre as competências privativas está

- (A) conferir condecorações e distinções honoríficas estaduais, ressalvadas as dos demais Poderes.
- (B) prover e extinguir os cargos públicos estaduais, na forma de lei complementar, com as restrições desta Constituição, e usar do poder disciplinar sobre todos os servidores do Poder Executivo.
- (C) nomear o Procurador-Geral de Justiça, mediante escolha feita em lista sêxtupla, nos termos desta Constituição.
- (D) nomear, sem a necessidade de aprovação pela Assembleia Legislativa, os dirigentes das autarquias e fundações públicas, e exonerar livremente essas autoridades.
- (E) nomear e destituir o Procurador-Geral do Estado, com aprovação da Assembleia Legislativa.

79 No direito brasileiro, tratado ou convenção internacional que verse sobre direitos humanos aprovados incorporados ao direito interno pelo procedimento legislativo ordinário, tem *status* hierárquico de

- (A) Emenda Constitucional.
- (B) Norma Supraconstitucional.
- (C) Lei Complementar.
- (D) Norma Supralegal.
- (E) Lei Ordinária.

80 A Convenção Americana sobre Direitos Humanos (CADH), um dos principais tratados internacionais de proteção dos direitos humanos, promulgada internamente pelo Decreto nº 678/1992, no artigo 8º, elenca um núcleo mínimo de garantias judiciais que se harmonizam com a concepção de devido processo, dentre as quais está

- (A) o direito do acusado de ser assistido onerosamente por tradutor ou intérprete, se não compreender ou não falar o idioma do juízo ou tribunal.
- (B) a comunicação a posteriori e pormenorizada ao acusado da acusação formulada.
- (C) a concessão ao acusado do tempo, contudo, sem a necessidade dos meios adequados, para a preparação de sua defesa.
- (D) o direito irrenunciável de ser assistido por um defensor proporcionado pelo Estado, remunerado ou não, segundo a legislação interna, se o acusado não se defender ele próprio nem nomear defensor dentro do prazo estabelecido pela lei.
- (E) o direito do acusado de defender-se apenas por um defensor de sua escolha e de comunicar-se, livremente e em particular, com seu defensor.

D6 - FLUÊNCIA EM DADOS

81 Em um problema de classificação binária, P representa a classe positiva e N representa a classe negativa. A matriz de confusão a seguir apresenta as linhas como classes reais e as colunas como classes preditas, com o número de instâncias (amostras) em cada caso.

	Predita P	Predita N
Real P	300	200
Real N	100	400

Os valores de precisão e recall para a classe P, nessa ordem, são

- (A) 0,6 e 0,75.
- (B) 0,75 e 0,6.
- (C) 0,7 e 0,65.
- (D) 0,65 e 0,7.
- (E) 0,75 e 0,65.

82 Em aprendizado de máquina supervisionado, o fenômeno *overfitting* ocorre quando o modelo apresenta

- (A) alto viés e baixa variância, com acurácia em treino inferior à observada em teste.
- (B) baixo viés e baixa variância, com acurácia em treino superior à observada em validação.
- (C) alto viés e alta variância, com acurácia em validação superior à observada em treino.
- (D) baixa variância, com acurácia em treino superior à observada em teste.
- (E) baixo viés e alta variância, com acurácia em teste inferior à observada em treino.

83 Em relação ao aprendizado de máquina não supervisionado, analise as afirmativas a seguir.

- I. No algoritmo *k-means*, a atribuição de cada instância a um grupo é feita pela menor distância ao centroide, e os centroides são atualizados como a média das instâncias atribuídas a cada grupo, de forma iterativa até um critério de parada.
- II. O coeficiente de *silhouette* é uma métrica de avaliação de agrupamento, baseada em $a(i)$ (distância média da instância i ao seu grupo) e $b(i)$ (menor distância média de i a um grupo vizinho), assumindo valores no intervalo $[-1, 1]$.
- III. O algoritmo *DBSCAN* é um método de agrupamento baseado em centroides, no qual o número de grupos k é definido previamente.

É verdadeiro o que se afirma em

- (A) I e II, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) II, apenas.
- (D) III, apenas.
- (E) I, II e III.

84 Com relação à orquestração de dados, analise as afirmativas a seguir.

- I. Um agendador baseado em tempo, como o *cron*, dispara tarefas conforme um horário configurado.
- II. Um sistema de orquestração pode iniciar tarefas quando as dependências de um grafo acíclico direcionado (DAG) são satisfeitas e pode sinalizar falhas durante a execução.
- III. Um sistema de orquestração pode manter histórico de execuções e suportar reprocessamento de períodos anteriores por meio de *backfill*.

É verdadeiro o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II, apenas.
- (E) III, apenas.

85 Com relação à ingestão de dados via filas de mensagens em pipelines de dados, considere o cenário a seguir. Um pipeline consome eventos de uma fila de mensagens que pode entregar mensagens fora de ordem e com política de entrega “pelo menos uma vez”, o que pode ocasionar o recebimento do mesmo evento mais de uma vez. Nesse contexto, a medida mais adequada para evitar efeitos duplicados no processamento é

- (A) assumir uma entrega do tipo FIFO.
- (B) descartar mensagens que não sejam confirmadas no primeiro recebimento.
- (C) projetar o processamento do consumidor de forma idempotente.
- (D) aumentar o número de consumidores.
- (E) aplicar uma janela para reordenar eventos por *timestamp* antes do processamento.

86 No âmbito de *Business Intelligence*, sistemas OLAP são projetados para

- (A) registrar e atualizar transações operacionais, priorizando baixa latência e alta concorrência.
- (B) executar consultas analíticas com agregações e cálculos sobre dados históricos para suporte à decisão.
- (C) realizar processamento de transações em tempo real com alta frequência.
- (D) intermediar mensagens entre produtores e consumidores, controlando a entrega e reentrega de eventos.
- (E) manter consistência transacional em operações críticas, com confirmação imediata de gravações no sistema.

87 No que tange a preparação de dados no Power Query, a linguagem M é utilizada para

- (A) definir métricas complexas de agregação, como KPIs.
- (B) criar medidas usadas na visualização de relatórios.
- (C) configurar permissões de compartilhamento no serviço do Power BI.
- (D) aplicar transformações e combinar dados de uma ou mais fontes.
- (E) registrar transações operacionais no sistema de origem.

88 Em relação aos eventos do *Scrum*, analise as afirmativas a seguir.

- I. A *Sprint Review* tem como foco principal identificar melhorias no processo de trabalho e definir ações de aprimoramento para a próxima *Sprint*.
- II. O *Scrum master* tem autoridade para cancelar uma *Sprint* quando avalia que a Meta da *Sprint* se tornou obsoleta.
- III. A *Daily Scrum* tem como propósito inspecionar o progresso em direção à Meta da *Sprint* e ajustar o *Sprint Backlog* conforme necessário.

É verdadeiro o que se afirma em

- (A) I e II, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) II, apenas.
- (D) III, apenas.
- (E) I, II e III.

89 No *Extreme Programming* (XP), práticas que dão suporte à propriedade coletiva do código incluem

- (A) organizar o trabalho em *Sprints* com *Sprint Review* para validar incrementos, mantendo a responsabilidade do código por *Component Teams*.
- (B) limitar o trabalho em andamento e usar políticas explícitas de fluxo em um quadro *Kanban*, preservando a atribuição de módulos a responsáveis fixos.
- (C) adotar programação em pares, usar integração contínua e seguir um padrão de codificação acordado pela equipe.
- (D) planejar incrementos usando o *Program Increments* (PI) com decisões de arquitetura centralizadas em um time de arquitetos e áreas do sistema com donos definidos.
- (E) priorizar cerimônias de alinhamento e registrar decisões em *wiki* como principal mecanismo de controle de mudanças no código.

90 Em relação aos repositórios de dados *data lake* e *data warehouse* em arquiteturas de *Big Data*, analise as afirmativas a seguir.

- I. Um *data lake* é caracterizado por priorizar a ingestão de dados em seu formato original, permitindo armazenar dados estruturados, semiestruturados e não estruturados, com uso de abordagens de *schema-on-read*.
- II. Um *data warehouse* adota *schema-on-write*, exigindo modelagem prévia, como esquemas em estrela ou floco de neve, para suportar consultas analíticas otimizadas.
- III. A simples adoção de *schema-on-write* em um *data lake* o caracteriza automaticamente como um *data warehouse*.

É verdadeiro o que se afirma em

- (A) I e II, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) II, apenas.
- (D) III, apenas.
- (E) I, II e III.

91 Os comandos DROP e TRUNCATE da linguagem de consulta estruturada (SQL) pertencem à categoria de comandos

- (A) DDL.
- (B) DML.
- (C) DCL.
- (D) TCL.
- (E) TCL-2.

92 Considere o código em Python 3 a seguir.

```
a = [2,4,3]
b = a[:]
c = a
a.append(7)
print(b + c)
```

O resultado da execução desse código será

- (A) [2, 4, 3, 2, 4, 3]
- (B) [2, 3, 4, 7, 2, 4, 3, 7]
- (C) [2, 4, 3, 7]
- (D) [2, 4, 3, 2, 4, 3, 7]
- (E) [2, 4, 3, 7, 2, 4, 3]

93 Considere o código em Python 3 a seguir.

```
def check_values(a, b, c):
    result = a or b and not c
    return result
x = 0
y = [1, 2]
z = False
print(check_values(x, y, z))
```

O resultado da execução desse código será

- (A) 0
- (B) [1, 2]
- (C) True
- (D) False
- (E) None

94 No *framework* Kanban, a métrica ágil *Lead Time* refere-se

- (A) à quantidade de trabalho concluído por iteração, ou *sprint*.
- (B) ao tempo que uma tarefa leva para ser concluída dentro de um fluxo de trabalho.
- (C) à quantidade de tarefas em andamento simultaneamente.
- (D) ao número de itens de trabalho entregues por unidade de tempo.
- (E) ao tempo total desde a ideia até a entrega ao cliente.

95 Considere o fragmento de planilha abaixo, elaborado no programa Microsoft Excel 365, versão desktop em Português (Brasil) para Windows.

	A	B	C	D
1	Trimestre	Categoria	Valor	Peso
2	1	Eletrônicos	80	1
3	1	Alimentos	79	3
4	2	Móveis	40	1
5	3	Alimentos	66	2
6	4	Construção	12	2
7				

Se a fórmula =SOMARPRODUTO(-(B2:B6="Alimentos");C2:C6;D2:D6) for inserida na célula C7, o resultado a ser apresentado nessa célula será

- (A) 144
- (B) 132
- (C) 369
- (D) 145
- (E) 286

96 No programa Microsoft Excel 365, versão desktop em Português (Brasil) para Windows, um analista inseriu os seguintes valores em uma planilha:

Célula A1: 10
Célula A2: 20
Célula A3: 30
Célula A4: 10

Após digitar a fórmula =SOMA(\$A\$1:A2) na célula B1, o analista utilizou a alça de preenchimento para arrastar a fórmula da célula B1 até a célula B3. O resultado exibido na célula B3 será

- (A) 30
- (B) 40
- (C) 50
- (D) 60
- (E) 70

97 Com relação aos conceitos e tipos ELT e ETL de pipeline de dados, analise as afirmativas a seguir.

- I. A abordagem ELT é recomendada para tarefas relacionadas a LGPD porque realiza a limpeza de dados sensíveis antes que eles atinjam o sistema de destino, reduzindo riscos de segurança e economizando espaço de armazenamento.
- II. No processo ETL, o conjunto de dados completo e sem tratamento é carregado diretamente no sistema de destino. Como há apenas uma etapa, e ela ocorre apenas uma vez, o carregamento no processo ETL é mais rápido do que no ELT.
- III. Na abordagem ELT, é possível aproveitar o poder de processamento distribuído e a escalabilidade elástica do *data warehouse* de destino para realizar transformações via SQL, eliminando a necessidade de um servidor de processamento intermediário.

É verdadeiro o que é afirmado em

- (A) I e II, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) II, apenas.
- (D) III, apenas.
- (E) I, II e III.

98 Sobre as características fundamentais do modelo de dados e da tipagem, é correto afirmar que o Python 3 é uma linguagem

- (A) de tipagem dinâmica, ou seja, o tipo é verificado em tempo de execução.
- (B) de tipagem fraca, ou seja, não permite conversões automáticas entre tipos diferentes.
- (C) com gerenciamento de memória estritamente manual.
- (D) monoparadigma, o que impede a utilização de paradigmas de orientação a objetos.
- (E) que permite operações automáticas entre tipos incompatíveis, como somar um número inteiro diretamente a uma string (`4 + "11"`) sem erro.

99 Considere uma tabela chamada Livros com as colunas id (int), autor (varchar) e ano (int). Sabe-se que alguns livros não são datados, resultando em valores NULL na coluna ano. Considere o seguinte comando SQL:

```
SELECT * FROM Livros WHERE ano <> 1854;
```

Ao ser executado, esse comando retornará

- (A) apenas os registros cujo ano tenha um valor numérico diferente de 1854, incluindo os registros onde o ano é NULL, pois NULL é diferente de 1854.
- (B) apenas os registros cujo ano tenha um valor numérico diferente de 1854, excluindo os registros onde o ano é NULL.
- (C) um erro de sintaxe, pois não é possível comparar valores numéricos com NULL usando o operador `<>`.
- (D) apenas os registros cujo ano tenha um valor numérico igual a 1854 ou a 0 (zero).
- (E) apenas os registros cujo ano tenha um valor numérico igual a 1854.

100 Considere o código em SQL a seguir.

```
CREATE TABLE Clientes (  
    id_cliente INT,  
    nome VARCHAR  
);  
CREATE TABLE Pedidos (  
    id_pedido INT,  
    id_cliente INT,  
    valor DOUBLE  
);  
INSERT INTO Clientes (id_cliente, nome)  
VALUES  
(1, 'Alice'),  
(2, 'Bruno'),  
(3, 'Carla');  
INSERT INTO Pedidos (id_pedido, id_cliente, valor)  
VALUES  
(101, 1, 150.00),  
(102, 1, 200.00),  
(103, 2, 50.00);  
SELECT Clientes.nome, Pedidos.id_pedido  
FROM Clientes  
LEFT JOIN Pedidos ON Clientes.id_cliente = Pedidos.id_cliente;
```

A execução desse código retornará

- (A) dois registros, sendo um para Aline e um para Bruno.
- (B) três registros, sendo dois para Alice e um para Bruno.
- (C) três registros, sendo um para cada cliente.
- (D) quatro registros, sendo dois para Alice, um para Bruno e um para Carla.
- (E) um erro de sintaxe.